

I

O QUE É A CULTURA

1. A noção clássica de cultura e a sua implicação político-social.
2. A noção antropológica de cultura e os ensinamentos da História.

II

IDENTIDADE CULTURAL DA CABOVENDIANIDADE NA ENCRUZILHADA DO MUNDO E NO CORAÇÃO DA AFRICA

III

O LUGAR DO PATRIMÓNIO NA DINÂMICA E NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

IV

ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA CULTURAL



O NOSSO CONCEITO DE CULTURA1) - A NOÇÃO CLÁSSICA DE CULTURA
E SUA IMPLICAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

A cultura, segundo a concepção clássica - que também se diz académica - é algo de muito selectivo. Nem todos são cultos, nem todos possuem uma cultura.

A cultura seria, assim, apanágio de uma classe, da qual a que é detentora do poder, do saber e, por isso mesmo, detentora também da cultura. O homem culto é aquele que vive na cidade, que estudou ou que tem um curso superior, que leu muitos livros, que conhece outros países, outros povos, que faz trabalho intelectual e nunca o manual. Pelo contrário, o homem rústico é analfabeto, nunca saiu da sua terra e, sobretudo, só faz trabalho manual.

Assim, de acordo com a concepção clássica, o mundo divide-se em dois: o mundo dos intelectuais, dos cultos, e dos rústicos, brutos e bárbaros.

Esta concepção não é dos nossos dias. Ela tem a sua origem na noite dos tempos, tendo nascido com a divisão do trabalho e, por conseguinte, com a divisão também em classes sociais.

Não se pode dizer que já nesse momento existisse a concepção clássica de cultura. Pode-se, porém, afirmar, sem risco de erro, que desde então começou a haver predisposição para uma tal concepção.

Efectivamente, a divisão em classes começou por ser económica, mas depois consagrou-se em cultura. O poder patriarcal previnha do poder económico. A actividade da mulher, centrada na agricultura e na colheita de frutos, era mais estável e mais rentável do que a actividade do homem, que se ocupava da pesca e da caça, cujos resultados dependiam dos caprichos do mar e da eventual abundância de animais de caça.

Esta situação consagrou um modo de produção e foi uma maneira de pensar.

Inatisfeitos da sua actividade exclusivamente piscatória e de caça, os homens começaram, a partir de certa altura, a dedicar-se

à domesticação e à criação de animais, o que lhes proporcionou uma grande fonte de riqueza e, por conseguinte, forjou uma nova política sócio-económica, uma nova forma de pensar, ou seja, uma nova concepção de cultura. Pouco a pouco, o papel da mulher começou a ser relegado para o segundo plano, tomando o homem a posição de domínio que não deixou de ser longa e dura para a "classe" feminina e cujos reflexos são patentes ainda nos nossos dias.

Na Idade Média, a mulher chegou a ser considerada como um animal perverso e demoníaco, que "nem alma chegava a ter"...

Toda esta forma de viver e de actuar sobre a realidade forjou uma filosofia da vida, uma maneira de interpretar as coisas, uma forma de cultura. Não se tinha certamente ainda chegado à concepção clássica de cultura; já se estava, porém, a desbravar o caminho e a semente já tinha sido lançada à terra.

No período escravocrata a divisão em classes acentou-se e, com ela, afirmou-se também a concepção cultural que a consagrou. A escravatura chegou, assim, a ser defendida como algo de normal e natural. Da escravatura negra, cujo fim era sobretudo económico (o prisioneiro de guerra ou o desertor de outra tribo deveria trabalhar para o chefe), se passou para a escravatura branca cujo fim era não só económico mas também cultural. Na verdade, dominar culturalmente era a via mais segura para uma dominação económica mais sustentável...

Assim, a mentalidade selectiva do período escravocrata, que sobreviveu no período feudal e cologial, espesinhou e procurou abafar todas as manifestações culturais dos escravos a favor da cultura do senhor, do patrão ou do colono.

Cabo Verde, entreposto do comércio de escravos e uma das possessões que os colonialistas portugueses mais cuidadosamente procuravam guardar, não escapou à hedionda filosofia cultural dos regimes escravocrata e colonial. Na altura, que é que se entendia por cultura cabo-verdiana? Melhor dizendo: haveria uma cultura cabo-verdiana reconhecida pelo poder colonial? É evidente que não. Cultura era apenas a da "Metrópole". Tudo o mais não passava de manifestações grosseiras, próprias de "gentios"...

Esquecendo-se de que a última coisa que um povo perde é a sua cultura, os colonialistas declararam a guerra a tudo o que não se identificasse com a portugalidade.

o sistema negro (negro)
escravatura
1840-1848

Todavia, a sua política de opressão cultural não podia senão redundar em fracasso. E, hoje, se somos o que somos, isso se deve à resistência cultural do nosso povo. Uma resistência que custou preço de sangue mas que conseguiu vencer e salvaguardar a nossa caboverdianidade.

A política de discriminação cultural não é, assim, nem de hoje, nem de ontem. Ela sempre existiu. E se a guerra, o racismo e o hegenismo ainda existem, isso se deve em grande medida à sobrevivência do desrespeito pela cultura dos outros.

É preciso não se esquecer que toda a acção do homem é orientada pelo modelo da sua própria cultura. Se, por desgraça, esse modelo for o clássico e hegenomista, a paz, o progresso e a liberdade estarão sempre ameaçados.

Há, pois, que rever o conceito de cultura, há que reconhecer que esta não é nem pode ser apenas uma parte das potencialidades humanas. Ela é e deve ser algo de globalizante, é e deve estar em toda a dimensão humana, é e deve ser patrimonial de todo o povo, seja ele branco ou preto, rico ou pobre, escolarizado ou analfabeto.

2) - A NOÇÃO ANTROPOLÓGICA DE CULTURA E OS ENSINAMENTOS DA HISTÓRIA

A noção antropológica de cultura, que é a que por filhanos, vê nesta a soma de tudo o que o homem exprime no seu confronto com a vida, tudo o que constitui a consciência dele próprio e que o identifica em relação aos outros, quer no seu espaço vital quer à dimensão universal. Ela é ainda tudo o que o homem, individual ou colectivamente, assimilou, interpretou e traduziu - material e intelectualmente - para criar, garantir, enriquecer e comunicar aos outros a sua relação com o mundo físico e metafísico. A Cultura, em suma, é tudo aquilo através do qual uma comunidade humana se reconhece a si mesma e é reconhecida pelos outros.

Detenhamo-nos um pouco sobre esta definição analisando-a nas suas partes:

a) - A soma de tudo o que o homem exprime no seu confronto com a vida

Esta noção põe imediatamente de parte a unilateralidade clássica que vê na cultura apenas o aspecto intelectual e erudito. Nela encontramos uma palavra chave que é o homem.

Efectivamente, o único animal capaz de cultura é o homem, e não esta ou aquela homem. E se ele se distingue dos outros animais é antes de mais pelo facto dele ser o único animal que possui a faculdade de produzir e de criar cultura.

Mas o homem não cria a cultura a partir do nada. Daí a razão da expressão chave que é confronto com a vida. Na verdade, é no confronto com a vida de todos os dias que o homem forja uma forma de pensar e uma maneira de agir. A soma de tudo isso é que constitui a sua cultura e não apenas o que ele aprende através dos livros ou o que ele produz com a cabeça ou tem dentro dela.

- b)- Tudo o que constitui a consciência dele próprio (do homem) e que o identifica em relação aos outros, quer no seu espaço vital quer à dimensão universal

Esta parte da definição e as restantes que vão seguir-se continuam a centrar-se no homem, já que ele é o princípio e o fim da própria cultura. É interessante sublinhar nesta segunda parte a ideia do tudo (tudo o que constitui...) que já vinha expressa na primeira parte (a soma de tudo o que ele exprime...)

Trata-se, pois, de uma noção totalizante. E tinha que ser mesmo assim, já que a cultura engloba toda a dimensão humana.

Esta globalização ultrapassa não só os limites da fronteira deste ou daquele homem, como também os limites da fronteira geográfica, accitando criteriosamente tudo o que seja valor universal, embora salvaguardando sempre aquilo que constitui uma identidade própria. Assim definida, a cultura não se reduz apenas ao anthropos (homem), mas estende-se também ao ethnos (colectividade) e tem uma estreita relação com o oikos (meio ambiente) e o chronos (tempo).

- c)- Ela é ainda tudo o que o homem, individual ou colectivamente, agarrar, interpretou e traduziu - material e intelectualmente - para criar, garantir, enriquecer e comunicar aos outros a sua relação com o mundo físico e metafísico.

Também nesta parte, se sublinha a ideia do tudo, o

todo material como o intelectual e o metafísico.

Se o homem é o princípio e o fim de tudo o que faz, ele o é individual e colectivamente, no espaço e no tempo, material e espiritualmente.

Somos assim levados a concluir que a cultura é complexa e multidimensional porque o homem também o é. Tudo o que ele assimila, interpreta e traduz, a nível material como intelectual, no seu meio ambiente e em contacto com os outros, é cultura.

Nestes processos têm papel determinante o tempo e o espaço.

Com efeito, o pensamento e a acção humana têm sempre um suporte que, directamente, é o homem em relação com a sociedade e, indirectamente, é tudo o que existe ou que se desenvolve à sua volta.

Existem, pois, vários níveis de cultura como, por exemplo, o tradicional e o moderno, o individual, o colectivo, o nacional, o supranacional. Todos estes níveis se interpenetram e se interfluenciam.

Tradicional/moderno?

Se a Cultura é tudo o que atrás ficou dito e se ela comporta assim tantos níveis, legitima-se a questão de saber o que afinal, não é cultura. A resposta é, porém, muito simples: apenas não é cultura o que, ^{que não sendo puramente biológico,} não implica a acção do homem em qualquer das suas dimensões.

Nesta perspectiva, vemos que o conceito antropológico de cultura abarca tudo o que o homem faz e grande parte daquilo que ele é (tudo o que no homem não é natural é cultural). natural ≠ biológico

Mas, se o âmbito da cultura é assim tão vasto, se tudo o que o homem faz, não por instinto, mas por saber ou experiência, é cultura, é justo perguntar-se qual a diferença, do ponto de vista cultural, entre, por um lado, o racismo, o hegemónio, a exploração, a prostituição, a confecção de material bélico, o ódio, a vingança, a injustiça por outro lado, as artes, a criação do Belo, do Agradável e do Útil, o domínio racional da natureza, a exploração agrícola e industrial, a planificação económica inteligente e rea

cultura/fundo de cultura?

lista, a política que defende e promove o bem estar de todos e de cada um, etc.

Respondendo a esta questão, dir-se-á que o que o homem cria ou acrescenta à natureza é cultura que dignifica se for algo que lhe é útil, que o valoriza e lhe proporciona bem-estar, não implicando sacrifício ou desvalorização de outros, quer este seja pessoa individual ou entidade colectiva.

Assim, a acção do homem sobre a natureza, acção que é cultura, também pode comprometer a cultura. Neste sentido, o racismo é sobretudo a negação da cultura de outros e uma interpretação errada da cultura própria; o hegemónico, a guerra, o ódio e a vingança contribuem não só para a destruição de outros mas também para a destruição do próprio agente.

Esta nova visão do mundo, esta nova interpretação de cultura é o resultado das lições que se tem vindo a tirar da História, da experiência vivida pelos povos e da nova dialéctica reinante. Com efeito, o regime escravocrata fez a sua entrada nos anais da História; o feudalismo morreu e com ele todo o seu impacto histórico-social; a dominação colonial agoniza e tem os seus dias contados. Em contrapartida, assiste-se a um ressurgir empolgante das nacionalidades; a uma defesa intransigente da personalidade e da identidade cultural; a uma etnocentricidade mais aguda e mais reivindicativa.

A "Metrópole" desapareceu e com ela também o "sobrado" e o "funco". A expansão marítima com que se pretendia dilatar a "Pé e o Império" até aos confins da Terra, sucederam as lutas de libertação dos povos. As grandes línguas de civilização deixaram de ser apenas o inglês, o francês, o espanhol ou o português para se multiplicarem de acordo com as nacionalidades independentes. O culto do "branco" esvain-se e a africanidade surgiu radiante e consciente. A ignorância forçada e imposta sucedeu o gosto e a liberdade de valorização pessoal e colectiva. Analfabeto tomou o sentido de ilustrado, perdendo a conotação de inculto e ignorante.

Todo este processo, toda esta dialéctica, criou uma nova mentalidade, uma nova pauta de comportamento, uma nova forma de pensar e agir. Subjacente a esta nova dialéctica e a esta nova mundividência encontramos a concepção e a interpretação antropológica da cultura que temos vindo a descrever.

Muito mais:
branco/preto

II

A IDENTIDADE CULTURAL DA CABOVERDIANIDADE NA
RECREIÇÃO DO MUNDO E NO CORAÇÃO DE ÁFRICA

Palavras de caboverdianidade.

A Caboverdianidade não é um mito nem tão pouco uma alienação. Ela significa ser um povo, uma nação, possuir uma cultura própria.

Durante alguns séculos, fomos um povo mártir, ex-
 plorado, espinhado, dividido, sem direito à sua própria nacionalidade, sem o
 poder de conduzir os seus destinos e sem a liberdade de viver e desenvolver a
 sua própria cultura. Esta situação, que se prolongou até à manhã radiosa de 5
 de Julho de 1975, alienou muita gente, é certo, mas também forjou muitas re-
 sistências.

Um grande filósofo espanhol dizia "yo soy yo nis
 circunstancias". Isto significa que o homem não se define por si próprio. In-
 serido no seu meio ou no contexto sócio-cultural em que vive, jamais poderá
 ele permanecer alheio ou indiferente aos mesmos.

O homem caboverdiano, confrontado ao etnocêntrico
 no colonialista, sentiu-se encarcerado, amarrado e quase que reduzido aos ca-
 prichos dos seus dominadores.

Sem meios, sem força e sem poder de decisão, al-
 guns filhos da nossa terra transformaram-se em matéria amorfa à qual o domi-
 nador poderia dar a forma do seu agrado. Assim, o processo da despersonalização
 instaurou-se originando um número sempre crescente de alienados. Para quê de-
 fender a cultura caboverdiana se era forçoso vivê-la na clandestinidade? - in-
 terrogava-se. Para quê defender os nossos hábitos e costumes se eles eram po-
 lítica e socialmente comprometedores? Para quê falar o caboverdiano - "língua
 de cafres" - se o uso do português servia melhor o prestígio social, permitin-
 do marcar distâncias em relação aos que não falavam mas sequer tinham capaci-
 dade para falar essa "língua de civilizados"?

Consciente ou inconscientemente, não foram pou-
 cos os caboverdianos que se deixaram levar por esta política, negando-se a si
 próprios para se afirmarem portugueses. Houve até quem, não obstante ter pele
 negra e cabelo crespo, se auto-proclamasse "branco"...

Chegou-se a acreditar na afirmação demagógica e

ridícula segundo a qual o caboverdiano não é nem pode ser africano.

Mas se alienação houve, se despersonalização houve, a evocação desses fenómenos negativos só vem sublinhar a importância do poderoso movimento de resistência que o nosso povo opôs ao colonialismo no plano cultural. Aliás, se hoje ainda podemos falar de caboverdianidade, é graças a essa resistência que podemos classificar de individual, colectiva e organizada.

O primeiro tipo de resistência é frequente nos que se reclamavam da língua caboverdiana, praticando-a; ele manifesta-se também na pena do poeta e do escritor engajado, na voz do compositor popular consciente-cantando normas, tohabetando finaçon, rapicando batuques -, na euforia da dança do funaná, no sentimento da rebecca ou do violão, na recusa de alguns pais em mandar os filhos para a escola a fim de não se transformarem em servidores do regime colonial, etc.

A resistência colectiva, mais importante ainda do que a primeira, traduzia-se numa afirmação positiva em relação aos nossos hábitos e costumes. Apesar da pressão exercida tanto pelo Estado colonial como pelas entidades religiosas, o nosso povo, em grupo ou em massa, nunca abandonou as manifestações colectivas como: tabanca, o batuques, o funaná, a récita, as cantigas de trabalho, as sessões de finaçon, os contos "di bôka di tar di", as práticas feiticistas e a fuga massiva para os recantos mais recuados do país onde pudesse ser mais livre, mais autêntico, mais ele próprio.

A estas duas resistências seculares veio juntar-se uma nova resistência, de tipo organizado e, por isso mesmo, mais eficaz. Referimo-nos à que desencadeou a Luta de Libertação Nacional e conduziu o processo da independência política da nossa terra.

No dizer de Cabral, "reprimida, perseguida, humilhada, traída por um certo número de categorias sociais comprometidas com o estrangeiro, refugiada nas aldeias, nas florestas e no espírito das vítimas da dominação, a cultura sobrevive a todas as tempestades, para retomar, graças às lutas de libertação, toda a sua faculdade de desenvolvimento. É por isso que o problema do "regresso às fontes" ou do "renascimento cultural" não se põe, nem teria razão para se pôr, para as massas populares: porque elas são portadoras de cultura, elas são a fonte de cultura e ao mesmo tempo, a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e de criar a cultura, de fazer história".

Estas palavras claras que nos deixou o nosso ino-
tal líder explicam a razão por que, apesar de terem dominado dura e longamente
o nosso povo, os colonialistas não foram capazes de conseguir que ele perdesse
a sua cultura, a sua identidade, a sua caboverdianidade.

O colonialismo foi um acidente histórico; o pro-
cesso de alienação foi um momento da história; a despersonalização atingiu ap-
nas uma parte e não o todo. Se é certo que a história da nossa cultura foi to-
cada, ela não foi nem podia ser destruída.

O 5 de Julho de 1975 foi o dia da vitória. Mas a
luta continua e a dialéctica vai sofrendo mudanças à medida que a própria rea-
lidade se vai transformando também.

Os nossos poetas, duma sensibilidade mais fina e
de um olhar mais perspicaz que o comum dos homens, presculturam no tempo e can-
taram nos seus versos: "É um grito de vida

na manhã que surge
triumfante
da sua luta com a noite
E na criança que brinca
o sorriso
é um arranque para o futuro"
(...)

Como diz ainda o poeta, o nosso destino agora é
"dar a Cabo Verde outro mar, outro céu, outro homem". E nós acrescentaríamos
que não se trata só de dar, mas também e principalmente de restituir. Porque
hoje, o nosso homem será ele mesmo e não o fantasma de quem quer que seja; e
o nosso céu já não será a "metrópole", e nem mesmo jardins suspensos, passá-
gadas ou noradas dos deuses. Ele será, sim, "as nossas dez ilhas, dez espe-
ranças, dez certezas, dez cabeças que pensam e que conhecem a razão das coi-
sas", dez braços robustos para transformar, em seu próprio favor, as agruras
duma natureza inóspita e difícil.

Na hora que passa, o waticínio dos poetas já não
é um anúncio, é uma certeza. Deixamos de viver a época de: "Branco na sobradu

Mulatu na lôca
Negru na funku
Sanôu na rôca"

Hoje a identidade cultural caboverdiana não é

vista como um mito nem tão-pouco como um fantasma. Começamos a viver o nosso próprio destino na encruzilhada do Mundo.

A Caboverdianidade que vivemos e de que nos reclamamos é etnocentrista. Na verdade, ao reclamá-la e ao assumi-la não esquezemos nem a nossa história nem a nossa origem. E não desprezamos o direito à diferença.

Mas se é certo que não confundimos caboverdianidade com africanidade nem tão-pouco com universalidade, fazemo-lo sabendo que Cabo Verde está em África e que a África está no mundo. Deste modo resulta evidente que jamais poderíamos ser caboverdianos à margem da África e jamais poderíamos ser africanos à margem do mundo.

III

O LUGAR DO PATRIMÓNIO NA DINÂMICA CULTURAL E NA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Cada sociedade recebe a estrutura a herança cultural acumulada ao longo da sua história, ela escolhe, analisa e classifica hierárquicamente os seus elementos, segundo as necessidades e as aspirações do momento. O património cultural exprime a experiência histórica particular de cada povo, determinando assim a sua fisionomia social, a sua personalidade colectiva, a sua identidade. Assim entendido, o património cultural deixa de ser uma entidade abstracta e geral para se revelar em toda a sua extensão concreta, nas suas determinações e qualidades sociais, como o quadro no qual se organiza a consciência de si de uma colectividade.

A noção de herança ou património cultural representa, pois, um elemento essencial de qualquer reflexão sobre a função da cultura na sociedade. Para que o património cultural continue a representar um valor cultural activo, quer dizer, para que ele seja vivido na consciência individual ou colectiva como uma componente do desenvolvimento cultural, importa levar a cabo, pelo menos tanto como a sua preservação, a sua inserção nas preocupações e nas práticas culturais actuais, através da animação cultural, da estimulação, criação e pesquisa no domínio artístico, da promoção da língua nacional, acção educativa, etc. No tocante ao caso concreto dos monumentos e das construções antigas, podem eles ser reanimados graças a tipos de utilização novos ou a uma nova maneira de os considerar.

Esta prática constitui uma continuidade orgânica

que traduz a importância do enraizamento histórico para a definição da identidade cultural. Assim, a conservação, a reanimação e o melhor conhecimento do patrimônio cultural e histórico sob todas as suas formas são tarefas tão importantes como a sua preservação pura e simples. E esta afirmação é válida tanto para o patrimônio visível - representado pelos bens culturais imóveis e móveis - como para o invisível - simbolizado pelo pensamento e pelas tradições que nos legaram as gerações passadas, isto é, pelos símbolos transmitidos através da língua, da literatura, das tradições orais, das artes, do folclore, das crenças, dos ritos, dos jogos, etc.

O patrimônio Visível

No que respeita ao patrimônio arquitetural antigo, a evolução recente da urbanização veio trazer uma nova luz ao problema. Com efeito, o número crescente de construções novas, a fealdade de certos prédios, e a dificuldade de se viver em certos conjuntos urbanos recentes põem em termos novos os problemas da conservação e da valorização do patrimônio antigo no seu conjunto, e dos monumentos históricos em particular.

Assim nasceu a ideia de preservar bairros antigos ou cidades antigas na sua integralidade, considerando-os não já nos aspectos prestigiosos da sua arquitetura, mas como conjuntos construídos utilizáveis, nos quais mesmo as construções banais apresentam um valor de equilíbrio entre o homem e o meio que ele criou.

Hoje em dia, na maior parte dos países, a ação em benefício dos monumentos antigos visa não só a sua valorização, mas, sobretudo, a sua reintegração na vida económica e social contemporânea. Assim, deixam de ser simples locais de pesquisa para especialistas, para se transformarem em instrumentos de sensibilização da população para a cultura nacional e o patrimônio cultural. No campo das reutilizações possíveis para esses edifícios, elas podem tornar-se centros culturais, centros recreativos, centros de turismo social, bibliotecas, ateliers de artistas, etc.

Um papel igualmente importante na dinâmica cultural e na preservação da identidade é o que desempenha o museu tal como ele é concebido nos nossos dias. Com efeito, os museus deixaram de ter por função predominante a conservação do patrimônio cultural móvel. Actualmente, acedem a uma nova dimensão, a da difusão e da apresentação pedagógica das obras junto do público. Dessa maneira, tornaram-se instrumentos da ação cultural, pelo que as suas tarefas, a sua arquitectura, o seu pessoal e, até, o seu modo de funciona-

mento foram modificadas.

O mesmo esforço de animação cultural deve ser feito pelas bibliotecas e arquivos. Além de conservarem livros, manuscritos, estagpas, gravuras e documentos antigos diversos, as bibliotecas e arquivos, passaram a ser centros de informação e de acolhimento do público, de educação permanente e de discussão. Certas bibliotecas têm secções especiais sobre a história, a geografia, a música da região, tornando-se desse modo verdadeiros centros de acção cultural local.

Como se vê, o património cultural visível, apesar do carácter particular dos problemas que põe, sobretudo por causa das exigências da sua conservação, pode desempenhar um papel importante na dinâmica cultural e na preservação da identidade, com a condição de se empreender uma acção de educação e de animação cultural apropriadas.

O património invisível

Tal como acontece para o património visível, a política cultural actual para aquilo que chamámos o património invisível não deve ser a da simples protecção e preservação de um património concebido de maneira tradicional, mas a da promoção e difusão de todas as manifestações da cultura nacional, de acordo com as aspirações das populações.

No tocante à língua, é ela que permite apreender e interpretar o génio do povo, através da sua filosofia, da sua religião, dos seus caracteres psicológicos e morais. Por isso, por toda a parte, a pesquisa, o estudo e o ensino da língua materna são concebidos hoje como a reivindicação dum bem inalienável e indispensável à libertação da personalidade dos povos que foram colonizados.

O problema da língua põe-se-nos com tanto mais acuidade quanto a necessidade de formação de um grande número de quadros nos países põe uma vasta democratização do ensino. Uma democratização que implique um contexto de permanência e de continuidade, que deverá garantir as mesmas possibilidades de êxito a todos, de maneira que todos possam desenvolver aptidões e comportamentos que lhes permitam uma ulterior propoção intelectual e social. Assim, a democratização do ensino só se poderá verdadeiramente fazer no nosso país no dia em que todos, à sua entrada para a escola, tiverem as mesmas possibilidades de êxito, na medida em que terão a mesma competência linguística: a que lhes confere o domínio, igual para todos, da língua materna.

O encorajamento e a modernização da nossa língua materna tornará possível, para além da preservação da nossa identidade cultural, um sentido mais profundo da unidade nacional. O Partido e o Governo têm tido a percepção desta realidade, visto que, em todas as recomendações de ordem política e cultural saídas de congressos partidários e reuniões sobre a educação e a cultura, se tem posto a tónica na necessidade de se estudar e ensinar a língua materna.

Esse estudo passa necessariamente pela colecta e a análise das tradições orais, o que constitui uma das nossas urgências culturais. As memórias humanas, que são os arquivos vivos dessa herança colossal, estão, infelizmente, submetidas ao tempo e à usura. Ora, o papel da tradição oral para o devir da nossa sociedade situa-se a vários níveis de importância: na pesquisa das fontes orais da nossa história, no conhecimento da nossa etnologia, da nossa antropologia e da nossa sociologia, na busca dos fundamentos do nosso pensamento filosófico, na nossa literatura popular. Como condição prévia para essa pesquisa, impõe-se a formação de quadros nos domínios mencionados, motivando os jovens para esse aspecto importante da preservação e promoção da nossa cultura. Além disso, torna-se necessário desenvolver as estruturas criadas para essas pesquisas.

Chamamos uma atenção especial para a literatura popular, cuja valorização servirá sem dúvida de inspiração aos jovens, o que irá injectar uma seiva nova à temática das obras dos nossos escritores de outras gerações. Esse aspecto é tanto mais importante quanto se torna urgente substituir por uma produção literária baseada nos nossos valores culturais os produtos alienantes que são oferecidos para consumo aos nossos jovens.

Para incentivar a produção artística ter-se-ão de tomar medidas concretas, entre as quais salientamos a elaboração de uma legislação que proteja os direitos materiais e morais dos autores, a criação de uma associação de escritores e artistas, a atribuição de prémios valiosos, o desengolvimento do sistema nacional de difusão do livro, assim como uma política de promoção do livro, através, entre outras coisas, da edição de obras de jovens escritores e da reedição de obras de autores consagrados.

Quanto às nossas tradições em geral, podemos dizer que elas se inserem numa cultura de participação colectiva: estão presentes no trabalho quotidiano, na maneira de viver a religião, na forma de preparar os alimentos, na expressão plástica dos nossos artesãos e artistas, nas festas e cerimónias ligadas aos ciclos de vida, nas formas não institucionaliza-

das da transmissão do saber e, em geral, em tudo o que diz respeito ao comportamento humano.

IV

ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA

CULTURAL

A posição do nosso Partido frente à cultura decorre da definição que dela deu Cabral: "a cultura é a síntese dinâmica, ao nível da consciência do indivíduo ou da colectividade, da realidade histórica, material e espiritual duma sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre o homem e a natureza, como entre os homens e as categorias sociais".

Esta definição resume a análise que se segue e condensa os princípios que, nesse domínio, devemos defender. Ela contém, portanto, os dados essenciais da concepção de cultura mais consentânea com as opções gerais do Partido:

- O dinamismo popular;
- a acção do indivíduo e da colectividade;
- a realidade histórica, material e espiritual;
- as relações do homem com a natureza, com os outros homens e com as categorias sociais;

Coerentes com esta concepção e cientes de que o dinamismo de uma cultura está dependente do dinamismo do povo, o Partido e o Estado confiam às massas a responsabilidade da acção cultural, reservando para si apenas o papel de estimular, orientar e apoiar essa acção. Foi o que se consagrou com clareza, na Constituição da República, após ter sido acolhido como objectivo programativo da política partidária.

A cultura, como resposta do homem a todos os problemas que a natureza lhe põe, tem uma dimensão social e totalizante que o movimento libertador aprendeu desde a primeira hora e que Cabral soube exprimir de forma magistral ao afirmar que "a luta de libertação é, acima de tudo, um acto de cultura".

Com efeito, a nossa luta nunca visou apenas a conquista de um território que era, devreito, nosso, nem a simples legalização de práticas, usos ou costumes do nosso povo. Para nós, lutar pela independência

sempre significou lutar pela liberdade total e pela identidade completa. Deste modo, o nosso alvo foi, é e será sempre o homem, o homem em toda a sua dimensão e com toda a sua capacidade de resposta.

De tal modo se confunde a cultura com o homem que não é concebível o homem sem a cultura, nem pode haver cultura sem homem. E se a cultura orienta e fundamenta todavia acção humana, defender a cultura é defender o homem, como defender o homem é defender a cultura.

É esse o princípio fundamental que deve nortear -nos na perspetivação da nossa política cultural da qual podemos destacar os seguintes elementos:

1. Partir da nossa realidade - Este princípio não é uma filosofia nova. Sempre existiu na mentalidade popular, recebendo expressão científica entre nós com a criação da nossa vanguarda revolucionária. Podemos dizer que ele norteia toda a nossa acção, seja esta de cariz político, cultural ou outro.

Todos nós sabemos que uma cultura desenraizada é alienante, é despersonalizante. Só poderemos, pois, reivindicar a nossa identidade se nos reclamarmos da nossa própria cultura.

Todavia, o princípio em apreço não significa que devamos fechar-nos sobre nós mesmos numa atitude exclusivista e etnocentrista. Devemos ter a consciência de que a cultura não é um bem privado de um povo. Ela é, sim, um património universal. Daí a razão porque, como também disse Cabral, devemos aproveitar criteriosamente tudo quanto constitui património universal, desde que, com isso, não se ponha em causa a identidade do nosso povo. Partimos da nossa realidade, é certo, mas com um horizonte aberto. E com uma atitude crítica e a firme determinação de salvaguardar e desenvolver os nossos próprios valores ou, seja, a nossa caboverdianidade.

2. Passar a acção cultural nas nossas próprias tradições e procurar o justo equilíbrio entre o novo e o velho-

Este elemento da nossa política cultural é uma exigência do primeiro. Com efeito, como falar de identidade e esquecer o passado histórico-cultural? Como falar da caboverdianidade e esquecer a herança etno-antropológica dos nossos avós?

Seremos um povo que se orgulha da sua etnocentr

cidade histórica ou viverenos amorfos e sem história própria.

Querendo, pois, ser o que somos, temos que pery
pectivar a nossa política cultural com base nas nossas tradições.

No âmbito da cultura, o nosso povo tem um pasag
do vivo, tem uma história que está já longe e ainda perto, uma vi-
vência com raízes no passado, mas que se ramificam no presente e
se estendem para o futuro. A nossa política não pode descurar es-
tes dados de facto, pois,,fazendo-o, poria em causa o equilíbrio e
a harmonia do processo de desenvolvimento nacional.

Há no entanto que se encontrar o justo equilí-
brio entre o "novo" e o "velho".

Hoje, em todas as sociedades do chamado Tercei-
re-Mundo, por razões ligadas ao pseudo "vasio histórico" ou à rotu-
ra de ritmo normal de desenvolvimento provocado quer pelo regime
escravocrata quer pelo colonialismo, a evolução sócio-económica e
cultural se processa por saltos qualitativos. Isto significa que há
uma luta contínua entre o novo e o velho, uma dialéctica permanente
entre o moderno e o tradicional.

Para nós, a política a seguir é a que procura
a justo equilíbrio. Efectivamente, o valor tradicional não pode ser
abandonado, mas sim reinterpretado e reintegrado na nova sociedade.
Ele deve ser o cordão umbilical que nos liga ao nosso passado histó-
rico, o elemento básico que nos indica o ponto de partida da nossa
evolução. E isso é indispensável à harmonia e ao equilíbrio interno
do desenvolvimento.

Da mesma forma, o valor moderno não pode ser igno-
rado e desprezado,,mas sim controlado e integrado se não desequili-
brar o processo de desenvolvimento, o que a verificar-se poderia dar,
includivamente, origem a uma crise de identidade.

A nosso ver, o equilíbrio harmonioso entre essas
duas forças em presença, e que são aparentemente opostas, só é pos-
sível através de uma educação constante e de uma conscientização
permanente. O papel da escola e dos mass-média e a acção dos dinari-
sadores culturais são indispensáveis nesse processo.

3. Valorizar as nossas tradições e a nossa cultura em geral não significa e nunca significará regionalismo estreito ou fechado

Valorizar as nossas tradições é um acto cultural, mas saber apreciar ou reconhecer as tradições dos outros é também um acto de cultura. Efectivamente, já passou a fase dos horizontes fechados, do monolitismo cultural, do etnocentrismo cultivado, do tribalismo e do regionalismo. Cada povo no mundo tem uma identidade, mas ter uma identidade não significa ser único, ser melhor, ser superior.

A filosofia colonial levou séculos a repetir que cultura era a da "metrópole" e que, portanto, os povos dominados eram incultos, selvagens, bárbaros.

Em Cabo Verde, muito cedo a potência colonial se deu conta da resistência popular frente a esta concepção. Isso não determinou, todavia, uma revisão da filosofia colonialista. Perseverando na política de supervalorização da sua própria cultura e para melhor atingir os seus intentos, os colonialistas estimularam as divisões, na base do regionalismo e do racismo.

O povo estava, porém, alerta. E a dado momento da nossa história, surgiu, vitorioso, o Movimento de Libertação Nacional. Pudemos então assumir livremente a nossa própria cultura, confirmando-se a razão de Cabral ao afirmar que a luta "é, antes de mais, um acto de cultura".

Com efeito, graças a ela, o nosso povo conseguiu a sua personalidade político-cultural, pôs termo, na nossa terra, ao etnocentrismo colonial e desencadeou o processo que enterrará definitivamente os resquícios malévolos do regionalismo estreito e fechado do passado através de uma acção cultural voltada para o conjunto da nação e aberta a todos os horizontes.

4. Democratizar a cultura, apoiar, coordenar e dinamizar a acção cultural das massas e das associações culturais

A cultura vem do povo e ao povo compete tirar todos os benefícios da sua obra. Para isto, além da liberdade de criação, a nossa política global deve visar a garantia das condições que permitam ao povo o acesso e a participação na vida cultural, através da melhoria da condição social, do alargamento da acção de alfabetização,

da integração da educação no quotidiano da vida, da formação ideológica e de quadros, da criação de associações culturais, da protecção do património artístico-cultural, da defesa, conservação e difusão de todo o nosso acervo cultural, da criação de espaços de cultura e para a cultura, da eliminação da oposição entre o campo e a cidade e entre o trabalho manual e o intelectual, da colocação da língua materna no seu devido lugar, enfim, do respeito pela dignidade humana e do desenvolvimento total e integral do homem e dos homens.

5. Valorizar a língua materna

Sendo a língua o meio de comunicação por excelência e veículo principal de uma cultura, sobretudo quando ela é materna, os elementos que estamos sintetizando ficariam incompletos se esquecéssemos aqui o elemento linguístico.

Na verdade, hoje, não se pode conceber uma cultura ou uma comunicação à margem da língua. Que seja materna, segunda ou mesmo estrangeira, a língua tornou-se um elemento altamente funcional para o mundo da comunicação e algo de decisivo para o desenvolvimento e progresso social.

É quem diga que um povo, habitualmente, fala como pensa e pensa como fala. Isto significa que a língua é depositária de uma cultura e que toda a cultura é veiculada ou pode ser veiculada através de um código linguístico. Quando esse código é o que se aprende desde a mais tenra idade e sobretudo se for no seio da sua própria comunidade étnica, então, ele quase que se confunde com a cultura e mesmo, até certo ponto, com o povo que utiliza. Daí a razão por que, em geral, o nome de um povo e o da sua língua se sobrepõem: o português fala português, o francês fala francês e o caboverdiano fala caboverdiano... Não é por acaso que, sem negar a funcionalidade própria de uma língua estrangeira, se diz que a língua materna é a que melhor serve para veicular a cultura do povo que a fala.

Infelizmente, na história, muitas línguas maternas foram sufocadas pela simples razão que a cultura que elas veiculavam eram também sufocadas e o povo que as utilizava era dominado.

Não precisamos de recuar muito no espaço e no tempo para encontrar a confirmação daquilo que acabámos de dizer. Tomemos o nosso próprio caso. Quem é que já não se lembra das peripécias da língua caboverdiana durante a noite colonial? Quem já não se recorda da resistência do nosso povo para a afirmação da sua cultura e defesa da sua língua?

Na realidade, não só temos ainda reminiscências desse período de dominação como ainda sofremos as suas consequências. Durante toda a dominação colonial, falar a nossa língua como viver a nossa cultura era sinónimo de barbaridade. Foi por isso que a luta para afirmação da nossa identidade acompanhou também a luta para afirmação da nossa língua.

Tudo isto para dizer que a língua e a cultura não são inseparáveis, como inseparáveis são também a cultura e a comunicação.

Na nossa terra, que é o que nos interessa mais particularmente, a defesa do nosso "BV" implica necessariamente a defesa da língua caboverdiana. Mas, esta defesa só pode ser realizada mediante uma prática consequente. Assim, não podemos contentar-nos em falar o caboverdiano apenas em situações informais; não podemos contentar-nos com uma utilização não significativa da nossa língua na rádio, no jornal, nos mass-média em geral; o nosso sistema de ensino não deve continuar a ignorar a língua caboverdiana.

É certo que sempre temos reconhecido a importância da nossa língua materna como veículo da nossa cultura e como meio privilegiado de comunicação do nosso povo. Não podemos ficar por aí. ~~Forma-se~~ ~~necessário~~ ~~explicitar~~ ~~a~~ ~~sua~~ ~~estrutura~~. ~~estuda-la~~. ~~instru-~~ ~~mentaliza-la~~ ~~para~~ ~~depois~~ ~~torná-la~~ ~~funcional~~ ~~a~~ ~~nível~~ ~~do~~ ~~ensino~~ ~~e~~ ~~dos~~ ~~mass-média~~.

Para isso há que começar por oficializar a sua escrita.

De salientar que, em Abril de 1979, realizou-se na Cidade do Mindelo um colóquio sobre a "problemática do estudo e da valorização do Crioulo". O colóquio recomendou a adopção de um alfabeto, propondo a sua oficialização. À volta desse alfabeto existiam já uma certa sensibilização, e qual tem servido de base para a escrita de muitos textos, nomeadamente palestras, programas "Pinks-pá" e mesmo

algumas produções poéticas.

Após estas considerações sobre a nossa política cultural, uma breve reflexão se impõe sobre o que tem sido o dinamismo e a resposta do nosso povo nesta matéria.

O dinamismo cultural do nosso povo ~~que~~ não atingiu ainda o nível desejado e isso por diversas razões que passamos a analisar:

A retorna do nosso processo de desenvolvimento, provocada pela escravatura e pela dominação colonial, criou um certo "va-
sio histórico", paralisou espíritos e alienou muita gente.

A dominação e exploração estrangeiras sempre têm como natural consequência a destruição das bases materiais e sociais da cultura dos povos dominados. E se é certo que, com o desencadeamento da luta armada e a conquista da independência, o nosso desenvolvimento retomou o seu processo próprio, este fenómeno verificou-se com um atraso de séculos e a influência negativa de muitos vícios adquiridos, de costumes perfilhados e atitudes transplantadas.

Todavia, a situação de dominação e de luta forjara uma cultura de resistência com reflexos na literatura, na música, nas artes plásticas e da casa, na vivência em geral do homem caboverdiano. Com o advento da independência, toda a temática de cultura de resistência se viu na necessidade de se reconverter numa temática de reconstrução nacional e de assunção duma personalidade própria. Podemos dizer, que oito anos após a nossa independência, este processo de recuperação se encontra ainda em curso. Daí a razão por que, se o nosso dinamismo já é bastante significativo, ele está ainda longe de ser satisfatório.

Não haverá exagero em dizer-se que o verdadeiro dinamismo cultural será trabalho de toda uma geração. É preciso não se esquecer que a cultura autêntica não se compra, não se vende, não se troca, não se importa, não se pede emprestado. A cultura cria-se. E esta criação não surge do nada: ela depende da situação concreta em que um povo vive, da sua condição social e material, enfim, do conjunto de problemas que a natureza lhe põe e

a que ele tem que dar uma resposta.

Querer comparar o nosso ritmo com o de outros povos que viveram uma história diferente da nossa ou que se encontram numa fase de desenvolvimento que o nosso povo ainda não atingiu é ignorar o nosso movimento intrínseco.

São comportamentos desse tipo que levam à existência de tanta crise no mundo, de tanta inadaptação social. A própria dialéctica, para ser eficiente, deve manter um equilíbrio. É este equilíbrio que devemos buscar primeiro no seio da nossa sociedade, para só depois buscá-lo em relação aos outros.

Creio que, neste momento, a sociedade Caboverdiana se encontra em busca de si própria, na interiorização daquilo que ela já é. E esta é, certamente, a razão principal por que o seu ritmo não é tão dinâmico como se poderia desejar. Seja como for, o normal de cada sociedade consiste em respeitar o seu próprio ritmo.